PRÓDROMOS DA IMPRENSA NO BRASIL

José Joaquim da Maia, um dos participantes da Inconfidência Mineira, que fora incumbido pelos seus companheiros de conjura de conquistar as boas graças de Tomás Jefferson, então Presidente dos Estados Unidos e criador do Partido Repúblicano, para a rebelião em preparo, lamentava-se das dificuldades em atrair as simpatias do povo em favor do movimento porque "no Brasil não havia imprensa".

Na verdade, existia proibição total, oriunda do Governo português, quanto à existência de tipografias na Colônia.

Há notícias, embora vagas, do funcionamento de uma tipografia na cidade do Recife, no começo do Século XVIII, a qual se limitava a imprimir letras de câmbio e orações devotas. Mas foi mandada fechar pela Ordem Régia de 8 de julho de 1706.

Em 1747, sob o patrocínio, aliás, do Governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, Antônio Isidoro da Fonseca instalou a primeira tipografia do Rio de Janeiro. Imediatamente a Metrópole, pela Ordem Régia de 6 de julho do mesmo ano, probiu-lhe o funcionamento e indo mais longe, mandou considerar crime o uso da imprensa no Brasil, acabando assim, com possíveis veleidades nesse terreno. Não é muito para admirar a atitude dos soberanos portugueses no que dizia respeito à imprensa, pois a mesma liberal inglaterra, que acolhia então em Londres jornalistas estrangeiros, impedidos de escrever em seus países, também já proibira a circulação de jornais nos Estados Unidos. Haja vista que a primeira gazeta que ali circulou, em Boston, no dia 25 de setembro de 1690, intitultada "The Public Occurrences", ficou no primeiro número, que foi apreendido e sua oficina destruída pela polícia.

Mesmo depois que D. João VI transferiu a Corte para o Rio de Janeiro, e aqui decretou, em Carta de Lei de 1815 a elevação do Brasil a Reino, em igualdade de condições com Portugal, persistiu o impedimento, apesar do Ato de 1o. de abril de 1808, que levantou as proibições até então vigorantes para as indústrias.

É certo que o próprio Príncipe Regente em Decreto de 13 de maio de 1808, criou a imprensa Régia do Brasil, mas com a advertência de ser a única autorizada a funcionar no País. Nela foi impressa a partir dessa data, a "Gazeta do Rio de Janeiro", órgão oficial, que desapareceu em 1822.

Também dela saiu "O Patriota", que circulou entre 1813 a 1815. Referindo-se a este último, disse Hipólito da Costa, (1) em seu "Correio Brasiliense", publicado na Inglaterra: "Há dez anos ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de "O Patriota".

Apesar da exclusividade estabelecida pelo Governo, em 1811, o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, Governador da Bahia, alcançou do Príncipe Regente, D. João, em Carta Régia de 5 de Janeiro, autorização para Antônio da Silva Serra instalar em Salvador uma Tipografia. Nela, o Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, imprimiu, naquele ano, a gazeta "Idade de Ouro do Brasil", que circulava 2 vezes por semana.

Este jornal não teve longa duração, mesmo porque Cairu passou a residir no Rio de Janeiro. O fato é que na Bahia não circulava jornal no período agitado que antecedeu a Independência.

Em Pernambuco, dispôs-se o negociante pernambucano Ricardo Fernando Catanho a solicitar licença, em 1815, para a importação de material destinado à instalação de uma tipografia no Recife. O Governador Caetano Pinto Miranda Montenegro manifestou-se favorável à solicitação, enviando seu parecer a El-Rey, achando que "a tipografia é uma das mais úteis invenções e a que mais contribui para propagar os conhecimentos humanos". Ante essas considerações recebeu a medida deferimento real, mas com a condição de serem previamente revistas e aprovadas, por censores designados pelo Governador, as obras destinadas a impressão. Não se fala, pois, em jornal.

Nesse ínterim, sobreveio a Revolução de 1817, que se apoderou da tipografia e nela imprimiu o folheto PRECISO, de 6 a 10 de março daquele ano. Mas com a vitória da legalidade, decidiu esta, "tomando em consideração o infame abuso que se fez da oficina tipográfica de Pernambuco, cassar-lhe a licença que, por Aviso de 9 de novembro de 1816, se lhe havia concedido", tendo o material respectivo sido apreendido e levado para o Rio de Janeiro.

Assim, mesmo depois de ser o Rio sede do Reino, continuariam os brasileiros sem possuir ao menos um jornal que pudesse influenciar a opinião pública e, sem fantasia, falar numa consciência nacional, se não se tivesse disposto Hipólito da Costa a editar em Londres o "Correio Brasiliense", em 1808, e fazendo-o circular à sua própria custa até 1822. Justificava seu ato com a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelo perigo a que os redatores se expunham, falando livremente das ações dos homens poderosos. Foi esse jornal que, conseguindo atravessar as malhas da censura e a vigilância da polícia, trazia aos brasileiros palavras de incentivo e informações bem seguras para que alcançassem a sua separação de

Portugal e instituíssem um governo soberano e independente.

O triunfo da Revolução Constitucional em Lisboa, a submissão de D. João VI às tropas portuguesas que o obrigaram a jurar uma Constituição que ainda ia ser votada em Portugal e a seqüência de sucessos que levaram a Família Real a regressar aos antigos domínios afrouxaram de modo inesperado o absolutismo governamental, passando o povo a gozar de liberdade até então desconhecida, surgindo após, a partir de 1821, a imprensa com seus jornais redigidos em linguagem no mais das vezes desenfreada, em que os ataques pessoais de mistura com injúrias e calúnias representavam os meios ao alcance para manifestações de vinganças de há muito recalcadas.

Era um jornalismo de malquerenças, de descomposturas, de palavrões, pois, segundo Gondim da Fonseca, na cidadezinha de apenas cento e poucos mil habitantes, dos quais cerca de 80 mil negros escravos, os bambas dos prelos, que apareceram em grande número, insultavam-se em latim ou mesmo em vernáculo, com uma linguagem que, ainda procurando ser moderada, admitia expressões grosseiras em que os termos cachorro, ladrão, assassino, pulha ou mentecapto se tornavam correntios.

Assim é que, ao lado de jornais como o "Conciliador do Reino Unido", fundado e dirigido pelo visconde de Cairu, "Diário do Rio de Janeiro", apolítico e que veiculava pequenos anúncios comerciais e domésticos, sem qualquer pagamento, donde lhe chamarem "Diário do Vintém", e, mesmo o "Espelho", redigido por Araújo Guimarães, embora se dissesse que era custeado pela bolsa de D. Pedro, circulavam livremente verdadeiros pasquins, como "A Malagueta", "D. Piriquito da Serra dos Órgãos", "O Macaco Brasileiro", "O Papagaio", "O Volantim". etc.

Também nas antigas Capitanias, que se tinham passado a denominar Províncias, começaram a surgir alguns periódicos. No Recife, aparecia, em 27 de março de 1821, a "Aurora Pernambucana", considerada "um marco indelével e solene que assinala a época em que começou a existir a liberdade de imprensa", no dizer do historiador Pereira da Costa.

Em S. Luís do Maranhão, circulou, a partir de 21 de abril de 1821, o "Conciliador do Maranhão", redigido a mão e que, apesar disso possuía, centenas de leitores. Conseguindo importar uma tipografia, passou o jornal a ser nela impresso, apresentando-se noticioso, embora reduzido aos limites de uma folha de palel almaço comum. Sua existência, porém, não foi muito longa, tendo sido fechado como "abjecto período que procurava iludir o povo para seus malévolos fins."

No Pará, só em maio de 1822, apareceu o primeiro jornal, com o nome de "O Paraense", decidido a defender a causa de independência, o que representava suprema audácia, sabido que ali dominava o elemento português, infenso a tal propósito. A linguagem do jornal aterrou os dominadores da

Província, que conseguiram a prisão de Felipe Alberto Patroni, seu destemido diretor, o qual foi mandado a Lisboa, tendo morrido louco naquela cidade. Mas o jornal não deixou de circular, pois assumiu-lhe a direção o Cônego Gonçalves de Campos, que também foi preso, mas conseguiu libertar-se através da justiça e continuar editando "O Paraense". O Governador das Armas resolveu apelar para o desforço violento, mandando surrar o Cônego Gonçalves, que sofreu graves ferimentos no rosto e na cabeça. Mas nem por isso deixou de publicar o jornal.

À medida em que cresciam no Rio de Janeiro as agitações favoráveis à Independência, entraram a aparecer jornais mais bem redigidos e dedicados mais diretamente à causa da separação de Portugal e implantação de um governo livre e soberano.

É quando começam a apontar os grandes homens de imprensa, como Gonçalves Ledo e Cônego Januário da Cunha Barboza, com o "Revérbero Constitucional Fluminense"; Evaristo da Veiga, com a "Aurora Fluminense"; Carneiro de Campos, com o "Tamoio"; Frei Francisco Sampaio, com o "Correio do Rio de Janeiro" e, em São Paulo, Líbero Badaró, com o "Observador Constitucional".

Esses jornalistas assumem a direção da campanha em favor da Independência e se tornam pioneiros decididos da separação de Portugal.

Eis como se exprimia o "Revérbero" em um dos seus artgos: "Príncipe, não desprezes a glória de ser o fundador de um novo império. Príncipe, as nações todas têm um momento único, que não torna, quando escapa, para estabelecerem os seus governos!"

O interessante é que D. Pedro não se deixava ficar à margem das atividades dos jornais. Também se lançava nas lutas de imprensa, embora adotando variados pseudônimos. Aliás, sua intervenção nas lides jornalísticas serviu de certo modo para esclarecer alguns acontecimentos, difíceis de conhecer e mesmo de divulgar, numa época em que não funcionava a reportagem na imprensa.

Assim é que todo o episódio de que resultou o chamado "Fico" foi por ele mesmo publicado, com o pseudônimo de Simplício Maria das Necessidades.

Em "O Espelho", que se dizia ser de sua propriedade, Dom Pedro, com pseudônimos que se sabia a ele pertencerem, não deixava de, vez por outra, desancar os que se opunham aos seus intentos ou decisões. Assim é que, respondendo a um artigo estampado no "Correio do Rio de Janeiro", que pertencia ao português João Soares Lisboa, escrevia ele em doze de julho de 1822: "O povo do Brasil tem tato fino, matonice e cacholice pública nata: o que nenhum dos infames do partido desorganizador, tem, e se não tivesse alguma mais dessas três coisas, eu saberia fazer-lhe conhecer os maus de quem

sou e serei o perseguidor legal, e, por isso, me assino – O Inimigo dos Marotos". (Maroto era o nome dado aos portugueses, para insultá-los.)

Como se sabe, D. Pedro ingressou na Maçonaria, com pseudônimo de Guatimozin, pela mão de José Bonifácio, filiando-se na Loja Comércio e Artes, que, com a "União" e "Tranqüilidade e Esperança", esta de Niterói, formava o "Grande Oriente do Brasil", do qual José Bonifácio era Grão-mestre.

Mas, tal como sucedia lá fora, dentro da Maçonaria digladiavam-se dois grupos: um, dos "impacientes", chefiado por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barboza, que pretendia a Independência a todo vapor, outro, dirigido por José Bonifácio, os "moderados", que procurava chegar até lá com meios menos violentos. Adoecendo José Bonifácio, o grupo de Gonçalves Ledo, José Clemente, Nóbrega, convenceu o Príncipe a aceitar o Grão-mestrado, afastando assim, José Bonifácio. Disto resultou José Bonifácio abandonar o Grande Oriente e fundar o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavalheiros de Santa Cruz, atraindo D. Pedro, que abandonou Ledo e foi eleito Arconte-rei da Nova Ordem, isto em 22 de junho de 1822. Como não podia deixar de acontecer, os acontecimentos repercutiram na imprensa, com ataques à nova sociedade secreta, estampados no "Correio do Rio de Janeiro", de 13 de julho de 1822. A resposta não se fez esperar, saída da pena do Príncipe, com a mesma assinatura de "O Inimigo dos Marotos", e na qual se liam trechos como este: "Se chamam "peste" (ao Apostolado) para dar a entender que queremos Despotismo, respondo que não somos como o S. João Soares Lisboa, que é ainda "Lisboa" no Rio, bem entende o Bicudo, apesar de ser rombo, e testa de ferro desses atrapalhadores da Causa Brasílica. Faz bem em ser testa de ferro, porque a tem de... (burro), física e moralmente basificado sobre alicerces de chumbo e de servilismo fernandista..."

Se a linguagem do Príncipe andava por esses escalões, que dizer a dos seus súditos?

A coisa chegou a tal ponto, que surgiu pela primeira vez no Brasil a chamada lei do arrocho como a denominam os jornalistas dos nossos dias. Assim é que a "Gazeta do Rio de Janeiro", em data de 18 de junho de 1822, publicava um Decreto regulando a liberdade de imprensa, assinado pelo Príncipe D. Pedro e por José Bonifácio. De acordo com ele, os autores de pasquins, proclamações incendiárias e outros papéis, mesmo não-impressos, seriam processados e punidos "na forma prescrita pelo rigor das leis antigas". O diploma distinguia "a liberdade bem entendida" da "anarquia" e "licença", no que fosse combatível "com as atuais circunstâncias", as instituições liberais, adotadas pelas nações cultas.

Esta lei, porém, não impediu que a imprensa continuasse a desenvolver campanhas das mais desabridas contra grupos ou pessoas tidos como

adversários. E o resultado eram sempre desforços pessoais em que o cacete e a bala tinham a última palavra. O próprio D. Pedro, mesmo depois de sagrado Imperador, não ficava imune dos ataques dos jornais de seus opositores políticos, e as suas ligações com a Marquesa de Santos eram vez por outra trazidas à baila.

Para terminar, vai transcrita, a seguir, uma passagem do artigo seu, publicado no "Diário Fluminense", que também diziam ser de sua propriedade, e traz assinatura de "Ultra Brasileiro", outro pseudônimo por ele muito usado.

"Brasileiros: quem fez a vossa Independência? Falais em Maçonaria? Mais ela conspirou até 1822 sem poder fazer nada, e, se quis alguma coisa, foi preciso recorrer a D. Pedro, e sem ele nada fazia. Quem fez a Assembléia Constituinte? Foi o Imperador D. Pedro, contra a vontade de seus próprios Ministros e do seu próprio Pai. Nem a Maçonaria, nem Ledo, nem o Clemente, nem o Andrada, nem ninguém seria capaz de fazer o que o Imperador, que é brasileiro de coração, quis fazer. Ó fluminenses (cariocas), Ó brasileiros patriotas, rememorai o sucedido e vinde dizer se há razão para se atacar o Príncipe que quebrou os grilhões da Pátria, que é nossa.".

LUIS SUCUPIRA